



## DISPONIBILIZAÇÃO DE VACINAS EM FARMÁCIAS E A ATENÇÃO FARMACÊUTICA

Maria Clara Carvalho Vieira<sup>1</sup>; Bruna dos Santos Silva<sup>1</sup>; Elizabeth Amélia Alves Duarte<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduandas do Curso de Bacharelado em Farmácia (FAMAM), claravieira28@outlook.com, brunadosantos.silva@gmail.com; <sup>2</sup>Doutora em Genética e Biologia Molecular (UESC), FAMAM, elizabethaad@gmail.com.

A ANVISA inclui as vacinas na classe de medicamentos, assim como, inclui as farmácias como estabelecimentos de vacinação (Lei nº 13.021/140). Adicionalmente, existe um decreto (nº 85.878/81) que designa o farmacêutico como responsável pelo armazenamento, guarda e dispensação de vacinas mesmo que não ocorra exclusivamente em farmácias. Além de ser preconizado pelo Conselho Federal de Farmácia - CFF a responsabilidade do farmacêutico habilitado de atuar na dispensação de medicamentos imunobiológicos, o qual inclui as vacinas é muito relevante visto que esses profissionais compreendem os aspectos farmacológicos e terapêuticos das mesmas. Neste aspecto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura quanto aos aspectos legais e profissionais na prática e atuação do farmacêutico atualmente no Brasil, quanto a vacinação. Trata-se de um estudo de revisão de literatura sistemática com busca por material acadêmico-científico nas plataformas de pesquisa MedLine, Scielo, Lilacs, pubmed assim como publicações disponibilizadas pelos órgãos governamentais e reguladores sobre o tema. O resultado obtido neste estudo converge para uma compilação de propostas e estratégias mencionadas pelos autores que discutem o tema e que são/estão sendo adotadas pelo Sistema Único do Saúde (SUS) que oferta gratuitamente imunobiológicos, através do Programa Nacional de Imunização (PNI), muitos dos quais são produzidos no próprio país pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). No intuito de ampliar a cobertura vacinal e, neste sentido, tem sido discutido pelo CFF a inserção do farmacêutico que se estende do âmbito da pesquisa e produção dos imunobiológicos as atribuições em programas do governo em atenção básica, a exemplo dos Programa de Saúde da Família (PSF), em farmácias populares e stores privados. Ampliando assim, a cobertura vacinal no Brasil, cujo declínio ocorrido nos últimos anos tem ocasionado aumento de notificações de doenças infectocontagiosas de alta transmissibilidade, como o sarampo. Outro aspecto relevante quanto a atuação do farmacêutico é na desburocratização quanto a emissão do Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia – CIVP. Documento fundamental para comprovar a cobertura vacinal de pessoas em viagens internacionais ou em áreas endêmicas, evitando o fluxo e expansão de vetores ou agentes patogênicos. Tais medidas visam ampliar a fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras. Por outro lado, é unânime para as fontes de dados pesquisadas o entendimento de que a maior disponibilidade de vacinas deve impactar nos preços, desmonopolização, acessibilidade a população, contribuindo para a profilaxia e erradicação de doenças incorporadas no plano estratégico vacinal.

**Palavras-chave:** Imunobiológicos. Vacinação. Atenção farmacêutica.